



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

SILVIA
TIBO
BARBOSA
LIMA
27/04/2026 14:59

PROAD: 2.452/2025.
Ref.: Pregão Eletrônico n. 03/2026. Registro de preços para aquisição de licenças de software Autodesk AEC Collection e AutoCAD LT.
Assunto: **Recurso Administrativo Hierárquico.** Desprovemento. Ratificação da decisão da Pregoeira. **Adjudicação e Homologação parcial.** Item 1. **Possibilidade de revogação.** Item 2. **Parecer jurídico.**

Senhora Diretora-Geral,

A Pregoeira, designada pela Portaria GP n. 410/2025 e pelo Despacho n. DILCD/13/2026 (docs. 71 e 82), submete à apreciação superior a decisão por ela proferida, que julgou **improcedente** o Recurso Administrativo Hierárquico interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., quanto ao item 1, no âmbito do Pregão Eletrônico n. 03/2026, nos termos do art. 165, §2º, da Lei n. 14.133/2021 (doc. 97).

Ainda, propõe a adjudicação do objeto licitado (item 1) à empresa Bretas Multimarcas Ltda. e a homologação do certame.

Ao final, informa que a mesma licitante interpôs Recurso Administrativo Hierárquico quanto ao item 2 (doc. 94), contudo, diante da proposição da área técnica/demandante para revogação do certame quanto ao referido item, deixou de julgá-lo, por ora, até o pronunciamento da autoridade superior competente acerca da matéria.

Nesse sentido, vêm os autos a esta Assessoria para emissão do parecer jurídico que subsidiará a decisão da autoridade competente (art. 168 da Lei n. 14.133/2021).

1. RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO.
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - ITEM 1.

1.1. Relatório

Analizados os autos, verifica-se que, em 27/02/2026, foi realizada a sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico n. 03/2026, no âmbito do qual a licitante Bretas Multimarcas Ltda. classificou-se como terceira colocada, com proposta no valor de **R\$56.388,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais)** - doc. 97.

Com a aceitação da proposta em 12/03/2026 e a habilitação da referida empresa em 13/03/2026, foi aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso, iniciando-se em 16/03/2026 e encerrando-se em 18/03/2026, tendo a empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. registrado sua





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

intenção de recorrer no sistema compras.gov e apresentado suas razões recursais quanto ao **item 1** em 17/03/2026.

Verifica-se, ainda, que o prazo para apresentação de contrarrazões pela empresa Bretas Multimarcas Ltda. transcorreu *in albis*.

A Secretaria de Licitações e Contratos (SELC) propõe, caso mantida a decisão de improcedência do recurso interposto contra a habilitação da licitante Bretas Multimarcas Ltda., a adjudicação do objeto (item 1) à referida empresa e a homologação parcial do **Pregão Eletrônico (PE) n. 03/2026**, nos seguintes termos (doc. 97):

DA PROPOSTA VENCEDORA DO ITEM 1

Assim, informamos a seguir o resultado final da seleção de fornecedor do **ITEM 1**, conforme proposta (doc.88):

Especificação do objeto: **AUTOCAD LT - NEW SINGLE-USER-Licença de 36 meses (3 anos)**

Empresa vencedora: **Bretas Multimarcas Ltda**

CNPJ: **50.079.413/0001-81**

Valor unitário do item: **R\$ 4.699,00**

Valor total do item (12 unidades): **R\$ 56.388,00** (cinquenta e seis mil trezentos e oitenta e oito reais).

DO CADASTRO DE RESERVA DO ITEM 1

Em **06/04/2026**, foi aberto o prazo de 24 hs para manifestação de interesse na **formação de cadastro de reserva, com relação ao item 1, o qual findou às 15h30, do dia 07/04/2026**, sem que houvesse interessados.

Ressalta que a sessão de abertura para lances foi realizada em **27/02/2026**.

Informa que os documentos atinentes ao histórico das sessões, bem como a documentação de habilitação da licitante vencedora e o parecer da Unidade Técnica Demandante, favorável à habilitação da empresa Bretas Multimarcas Ltda. para o item 1, foram coligidos aos autos.

Destaca que o recurso interposto quanto à habilitação da empresa vencedora do PE, referente ao item 1, foi julgado improcedente.

Desse modo, “[c]onsiderando que o valor ofertado para o item 1 é inferior ao estimado por este Regional; que a proposta foi analisada pela área técnica/demandante e aprovada em sua conformidade; e, que a empresa





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

BRETAS MULTIMARCAS LTDA está devidamente habilitada”, propõe a adjudicação do objeto (item 1) em favor da referida empresa e a homologação parcial do certame.

Examinados os autos, verifica-se que o processo eletrônico foi devidamente protocolado (arts. 17, inciso I; 12, incisos I e VI; e 18, *caput*, da Lei n. 14.133/2021), tendo sido realizado o controle prévio de legalidade por esta Assessoria (doc. 56) e autorizada a abertura da licitação pela autoridade competente (doc. 58).

Após, vieram aos autos nova versão do Termo de Referência (doc. 60), com adequações realizadas em atenção às recomendações da Secretaria de Licitações e Contratos (SELC), feitas no doc. 59.

A SELC, por sua Divisão de Licitações e Contratações Diretas, certificou que decorreu *in albis* o prazo para apresentação de solicitação de participação no registro de preços.

Em seguida, a SELC coligiu aos autos a versão prévia da minuta do edital (doc. 63).

Ainda, foram coligidos ao feito novas versões do Termo de Referência (docs. 65 e 67), a versão da minuta contratual e a anuência da Unidade Técnica Demandante aos seus termos, cópia da publicação da Portaria que designou os membros da Comissão de Contratação, os servidores para o exercício das funções de autoridade competente homologadora e de pregoeiro/agente de contratação e constituição da equipe de apoio, a minuta do edital, despacho da SELC determinando o encaminhamento dos autos à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) e Diretoria-Geral (DG), despacho proferido na DOF, informação de adequação orçamentária e respectiva declaração de adequação orçamentária da Assessoria de Ordenação de Despesa (ASOD) - docs. 71/77.

Após, esta Assessoria Jurídica aprovou a minuta do edital, condicionada a aprovação, porém, à retificação de erro material na Cláusula Décima Quinta, alínea “d”, da minuta contratual anexa, a fim de compatibilizar sua redação com a sistemática prevista no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (doc. 77).

Por fim, a SELC certificou a retificação do erro material (doc. 78).

Partiu-se, então, para a fase externa da licitação, que contempla os seguintes documentos:

(I) Lista de verificação - Autuação de Edital (doc. 79);





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

- (II) Edital referente ao Pregão Eletrônico n. 03/2026 (doc. 80);
- (III) Demonstrativos de publicação do aviso de abertura do certame no Diário Oficial da União (DOU), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em jornal de grande circulação e no Portal deste Tribunal (doc. 81);
- (IV) Designação de pregoeira para operar o Pregão Eletrônico n. 03/2026 (doc. 82);
- (V) Pedido de esclarecimento 1, acompanhado da resposta da unidade técnica (doc. 83);
- (VI) Proposta comercial e documentos de habilitação da licitante Acompany Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., desclassificada, acompanhados do parecer técnico da Unidade demandante, referentes ao item 1 (doc. 84);
- (VII) Proposta comercial e documentos de habilitação da licitante T&M Soluções em Tecnologia, desclassificada, referentes ao item 1 (doc. 80);
- (VIII) Mensagem eletrônica do representante da *Autodesk*, encaminhando carta aberta ao mercado, informando acerca da solicitação de comprovação documental, políticas de comercialização e licenciamento *Autodesk* (doc. 86);
- (IX) Comunicação Interna n. SENG/061/2026, na qual a Secretaria de Engenharia (SENG) recomenda, quanto ao item 1 do PE, a manutenção da habilitação da empresa Bretas Multimarcas Ltda., por entender que os requisitos editalícios e legais foram devidamente atendidos, e, quanto ao item 2, a revogação do certame, “*com posterior republicação do edital devidamente ajustado, de modo a assegurar a seleção de fornecedores efetivamente aptos à execução do objeto*” (doc. 87);
- (X) Proposta comercial da licitante vencedora do item 1, Bretas Multimarcas Ltda., datada de 09/03/2026 e com validade de 120 (cento e vinte) dias, seguida dos documentos afetos à pretensa contratada (doc. 88);
- (XI) Razões recursais da empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., insurgindo-se contra a habilitação da empresa vencedora do item 1 (doc. 89);





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

(XII) Decisão da Pregoeira, que recebeu o recurso administrativo interposto e, no mérito, julgou improcedente o apelo, mantendo a decisão que declarou a habilitação da empresa Bretas Multimarcas Ltda. (doc. 90);

(XIII) Demonstrativo de publicação do resultado do julgamento do recurso no Portal Institucional deste Tribunal e Termo de Julgamento extraído do sistema compras.gov.br, referente ao item 1 (doc. 91);

(X) Proposta comercial da empresa B&D Soluções em Tecnologia Ltda., referente ao item 2, seguida dos documentos afetos à pretensa contratada (docs. 92/93);

(XI) Recurso Administrativo da empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., insurgindo-se contra a habilitação da empresa B&D Soluções em Tecnologia Ltda. em relação ao item 2 (doc. 94);

(XII) Intenção deste Tribunal de revogação do item 2 do PE n. 03/2026, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para os licitantes, querendo, manifestarem-se, seguida de cópia da Comunicação Interna n. SENG/061/2026 e da documentação pertinente (doc. 95); e

(XIII) Certidão de decurso de prazo para as licitantes manifestarem interesse em ter os preços registrados para fins de cadastro de reserva (item 1) - doc. 96.

Assim instruído, vem o feito a esta Assessoria Jurídica para emissão do parecer que subsidiará a decisão da autoridade competente.

É o relatório.

1.2. Limites da análise jurídica.

Em seu art. 165, § 2º, a Lei n. 14.133/2021 prevê que o recurso “*será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior*”.

No caso, houve interposição de recurso administrativo contra a decisão da Pregoeira que declarou a empresa Bretas Multimarcas Ltda. habilitada para o item 1.

Considerando que não houve reconsideração da referida decisão pela Pregoeira (doc. 90), está justificada a submissão da matéria à autoridade superior.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Salienta-se que a competência desta Assessoria está restrita aos aspectos jurídico-formais da licitação, não lhe cabendo adentrar em questões técnicas.

1.3. Admissibilidade do recurso interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. quanto ao item 1.

Nos termos do art. 165 da Lei n. 14.133/2021, o prazo para a apresentação das razões de recurso em face do julgamento da proposta ou do ato de habilitação ou inabilitação de licitante é de 03 (três) dias úteis, devendo a intenção de recorrer ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- [...]

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

[...]

No presente caso, o edital trouxe as seguintes previsões acerca da matéria (doc. 80):

[...] **9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**
[...]





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

9.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.6.1. qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão**, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.6.2. as **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de três dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.6.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

9.12. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do processo.

9.13. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Extraí-se do Termo de Julgamento coligido sob o doc. 90 que, após a desclassificação da primeira e da segunda licitantes, a Pregoeira declarou a terceira licitante como empresa vencedora em 13/03/2026.

Manifestada a intenção de recorrer, abriu-se o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais (art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021), cuja contagem teve início em 16/03/2026 (segunda-feira) e encerramento no dia 18/03/2026 (quarta-feira) - doc. 90.

De acordo com as informações prestadas pela Pregoeira, a empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. apresentou razões recursais, quanto ao item 1, em 17/03/2026.

Desse modo, o recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

Por outro lado, decorreu *in albis* o prazo para contrarrazões.

1.4. Mérito do recurso interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. quanto ao item 1.

A recorrente, NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., sustenta que a empresa habilitada no certame não comprovou a autorização do fabricante ou cadeia válida de fornecimento, apresentou documento sem reconhecimento oficial, além de não ter demonstrado capacidade de execução contratual.

Requeru, assim, a inabilitação da empresa vencedora do item 1 (Bretas Multimarcas Ltda.), por ausência de qualificação técnica e de legitimidade para o fornecimento.

Com as suas razões, a recorrente anexou ao processo, ainda, os seguintes documentos:

- Declaração da Autodesk quanto à revenda e distribuidores autorizados no Brasil;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

- Mensagens eletrônicas nas quais a recorrente solicita verificação de autorização para revenda de licenças *Autodesk* e a respectiva resposta;
- Procuração da recorrente outorgando poderes específicos para representá-la perante quaisquer órgãos da Administração Pública direta e indireta;
- Informativo da *Autodesk do Brasil* acerca de consultas e reclamações sobre adjudicação a revendas não-autorizadas;
- Lista de revendedores autorizados *Autodesk* no Brasil;
- Comunicados da *Autodesk* sobre revendas não autorizadas e sobre a revenda de licenças adquiridas por distribuidores fora do Brasil;
- Autorização de revendedor da PC Keys; e
- Intenção de recurso da recorrente.

Em sua decisão, a Pregoeira salientou que a Unidade Demandante, após análise do recurso interposto e da documentação juntada aos autos, mormente quanto à carta emitida pela *Autodesk do Brasil Ltda.* (doc. 86), manifestou-se nos seguintes termos:

“1. DO ITEM 01 – MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

Conforme expressamente consignado na referida carta, os produtos AutoCAD e AutoCAD LT constituem exceção à regra geral de comercialização de softwares Autodesk, podendo ser revendidos por qualquer revendedor de tecnologia, independentemente de credenciamento formal como parceiro autorizado da Autodesk, desde que observada a legitimidade das licenças fornecidas.

Dessa forma, não se sustenta a alegação de obrigatoriedade de vínculo com revenda autorizada para fins de fornecimento do objeto do Lote 01, uma vez que o próprio fabricante admite a comercialização ampla desses produtos no mercado.

Adicionalmente, verifica-se que a empresa Bretas Multimarcas Ltda. demonstrou possuir experiência prévia no fornecimento do software AutoCAD LT para outros órgãos públicos, em conformidade com as exigências de qualificação técnica previstas no edital, o que reforça sua aptidão para execução contratual.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Nesse contexto, não se identificam elementos suficientes que justifiquem a inabilitação da empresa recorrida, tampouco afronta às disposições da Lei nº 14.133/2021 ou às regras do fabricante.

Conclusão – Item 01:

Diante do exposto, recomenda-se a manutenção da habilitação da empresa Bretas Multimarcas Ltda., por entender que foram devidamente atendidos os requisitos editalícios e legais aplicáveis ao certame.”

Destarte, adotamos integralmente o parecer emitido pela área técnica/demandante como fundamentação; mantendo a decisão que habilitou a empresa BRETAS MULTIMARCAS LTDA no tocante ao item 1, do Pregão Eletrônico nº03/2026.

Desse modo, adotando integralmente o parecer exarado pela Secretaria de Engenharia (SENG), unidade técnica/demandante, anexado sob o doc. 87, a Pregoeira conheceu do recurso interposto pela empresa **NTI Brasil Soluções Digitais Ltda.**, por tempestivo, e, no mérito, propôs que seja ele **julgado improcedente**, mantendo a decisão que declarou a habilitação da empresa *Bretas Multimarcas Ltda.*, no tocante ao item 1 do PE n. 03/2026.

Pois bem.

Os órgãos públicos, ao realizarem uma licitação, devem fazê-lo em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do atendimento ao interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

Nesse sentido, o instrumento convocatório estabelece as condições para a participação no certame, as quais devem ser observadas tanto pela Administração quanto pelos licitantes.

No caso, o edital do Pregão Eletrônico n. 03/2026 estabeleceu o seguinte em relação à habilitação (doc. 80):

8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere a:

8.1.1. Habilitação jurídica;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

8.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista;

8.1.3. Qualificação econômica e financeira; e

8.1.4. **Qualificação Técnica.**

[...]

8.6. Para comprovar a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - OPERACIONAL, a licitante deverá apresentar:

8.6.1. no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de objeto compatível com o desta licitação, ou seja, o fornecimento de licenças de software do tipo CAD (Computer Aided Design – desenho assistido por computador).

8.6.1.1. Será aceito atestado que comprove o fornecimento prévio de pelo menos uma licença de software do tipo CAD, suficiente para demonstrar experiência compatível com o objeto licitado.

8.6.1.2. O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

8.6.1.2.1. Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;

8.6.1.2.2. Endereço completo;

8.6.1.2.3. Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e

8.6.1.2.4. Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

8.6.1.3. No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 67, III, da Lei nº 14.133/2021).

8.6.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. [...]

Como se relatou, a recorrente alega que a decisão que declarou a habilitação da empresa Bretas Multimarcas Ltda. e a declarou vencedora quanto ao item 1 contraria as regras do fabricante e a legislação aplicável, pois a licitante não comprovou autorização do fabricante ou cadeia válida de fornecimento, além de ter apresentado documento sem reconhecimento oficial e não ter demonstrado capacidade de execução contratual.

Entretanto, as informações prestadas pela Pregoeira denotam que a Unidade Demandante entendeu estarem devidamente atendidos os requisitos do edital e da legislação aplicáveis ao certame, pois, na carta emitida pela *Autodesk do Brasil Ltda.* (doc. 86), o próprio fabricante declara que os produtos AutoCAD e AutoCAD LT são exceções à regra geral de comercialização de softwares Autodesk, uma vez que **podem ser revendidos por qualquer revendedor de tecnologia, ainda que não seja formalmente credenciado como parceiro autorizado da Autodesk**, bastando para tanto que seja observada a legitimidade das licenças fornecidas, conforme se infere do trecho do doc. 87 destacado pela Pregoeira e transcrito acima.

Desta feita, considerando que cabe exclusivamente à unidade técnica, que possui conhecimento e afinidade com o objeto licitado, aferir as condições de mercado nos quais se inserem os objetos licitados para atestar a adequação das informações prestadas, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pelo conhecimento e desprovimento do recurso interposto.

2. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL. ITEM 1.

Como dito, a SELC submete o processo licitatório em tela à consideração de V. S^a., propondo a adjudicação e homologação parcial do Pregão Eletrônico (PE) n. 03/2026 quanto ao **item 1**, da seguinte forma (doc.97):

DA PROPOSTA VENCEDORA DO ITEM 1

Assim, informamos a seguir o resultado final da seleção de fornecedor do **ITEM 1**, conforme proposta (doc.88):

Especificação do objeto: **AUTOCAD LT - NEW SINGLE-USER-Licença de 36 meses (3 anos)**

Empresa vencedora: **Bretas Multimarcas Ltda**
CNPJ: **50.079.413/0001-81**

Valor unitário do item: **R\$ 4.699,00**

Valor total do item (12 unidades): **R\$ 56.388,00** (cinquenta e seis mil trezentos e oitenta e oito reais).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

DO CADASTRO DE RESERVA DO ITEM 1

Em **06/04/2026**, foi aberto o prazo de 24 hs para manifestação de interesse na **formação de cadastro de reserva, com relação ao item 1, o qual findou às 15h30, do dia 07/04/2026**, sem que houvesse interessados.

Os atos de adjudicação e homologação são praticados na última etapa de um procedimento licitatório. Em regra, são os atos que encerram a licitação, dando ensejo a que, em um momento seguinte, a Administração realize o seu objetivo final, que é a contratação.

Adjudicar significa *“dar ou entregar por sentença; entregar em hasta pública (ao maior licitante); declarar judicialmente que (uma coisa) pertence (a alguém)”*¹. Nas licitações, adjudicar significa entregar o objeto do certame ao licitante que, atendendo às condições estabelecidas, apresentou a melhor oferta para a Administração.

Por sua vez, homologar significa *“confirmar, aprovar por autoridade judicial ou administrativa; conformar-se com”*². É o ato por meio do qual a autoridade competente, após convencer-se de que o procedimento foi realizado na forma da lei, sem vícios, e que permanecem vivos os aspectos relativos à conveniência e oportunidade (examinados pela autoridade competente no início do procedimento, no momento em que autorizou a instauração do processo licitatório) dá conformidade ao mesmo, aprovando-o.

Noutros termos, a homologação é ato de controle, pelo qual a autoridade superior convalida o procedimento, reconhecendo terem sido observadas as formalidades legais e que o resultado atende aos interesses da Administração. Como bem observa Lúcia Valle Figueiredo, *“o julgamento da Comissão não é mero parecer ou sugestão. É um juízo de valor técnico, que a autoridade superior não pode desconhecer”*³

Em regra, a licitação se encerra com os atos de adjudicação e homologação, dando ensejo a que, em um momento seguinte, a Administração realize o seu objetivo final, que é a contratação.

A propósito, o art. 71 da Lei n. 14.133/2021 estabelece que:

¹ FERNANDES, Francisco. *Dicionário brasileiro Globo/Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft, F. Marques Guimarães*. 30. ed. São Paulo: Globo, 1993.

² *Id.*

³ in *Direitos dos Licitantes*, 2ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, p. 83.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

No presente caso, como se relatou, vieram aos autos os documentos demonstrativos da habilitação jurídica, social, fiscal, trabalhista e econômica da empresa vencedora do **item 1**, os quais foram analisados pela Pregoeira, que entendeu preenchidos os requisitos de habilitação.

Veja-se, também, que houve verificação, pela unidade técnica competente (SENG), das especificações relativas ao item indicado na proposta, tendo a unidade concluído pelo atendimento dos requisitos do Edital.

Cabe ressaltar que esta Assessoria opinou, acima, pelo desprovimento do recurso interposto em relação ao item 1.

Registra-se, ademais, que não houve manifestação de interesse em registrar preços para composição de cadastro de reserva.

Destaca-se, outrossim, que o valor ofertado está coerente com o orçamento estimado por este Regional.

Assim, no que diz respeito ao **item 1**, cumpridos os requisitos legais pertinentes, parece-nos que o processo está apto à adjudicação e à





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

homologação pela digna autoridade competente, nos termos do art. 71, IV, da Lei n. 14.133/2021 e do art. 44 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 30/09/2022.

3. PROPOSIÇÃO DE REVOGAÇÃO DO CERTAME. ITEM 2.

Por fim, a SEÇC submete os autos à apreciação superior para manifestação acerca da revogação do procedimento licitatório quanto ao item 2.

Destaca que “[f]oi realizada a publicação da Intenção de Revogação do item 2 no Portal Transparência do TRT3 e no Sistema Compras.Gov, no dia 30/03/2026 e no DOU no dia 31/03/2026 (doc. 95), com prazo para manifestação de 05 (cinco) dias úteis, com fim em 10/04/2026, tendo em vista que não houve expediente no período de 01 a 03/04/2026, em razão do feriado da Semana Santa”.

Acrescenta que decorreu *in abis* o prazo para manifestação sobre a Intenção de Revogação do item 2.

Registra que foi apresentado recurso contra a decisão que declarou habilitada a empresa B&D Soluções em Tecnologia Ltda. no tocante ao item 2 do PE n. 03/2026 (doc. 97):

[...] Já no que diz respeito ao item 2, foi apresentado recurso (doc.94). Entretanto, considerando a manifestação da área técnica/demandante (doc.87) propondo a revogação do certame quanto ao referido item, deixamos para julgá-lo após o pronunciamento da Autoridade Superior Competente sobre a matéria

O prazo para manifestação sobre a Intenção de Revogação do item 2 decorreu *in albis*.

Ocorre que a unidade técnica assim se manifestou acerca do item 2 do PE:

“2. DO ITEM 02 – PROPOSIÇÃO DE REVOGAÇÃO

No que se refere ao Item 02, após análise da documentação constante nos autos, especialmente da carta emitida pela Autodesk, propõe-se a revogação do certame quanto a este item, pelos fundamentos a seguir expostos:

Conforme esclarecido pelo próprio fabricante, determinados produtos, notadamente aqueles integrantes da suíte AEC Collection (como Civil 3D, Revit e demais soluções verticais), somente podem ser





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

comercializados por meio de revendedores autorizados, em razão de sua complexidade técnica e das exigências relacionadas à garantia de autenticidade, suporte e regularidade do licenciamento.

Todavia, verifica-se que o termo referência não estabeleceu, como requisito de habilitação ou condição de fornecimento, a obrigatoriedade de comprovação de vínculo com revenda autorizada do fabricante, o que compromete a adequada seleção de fornecedores aptos a executar o objeto contratual nos termos exigidos pela própria fabricante.

Tal omissão configura vício no planejamento da contratação, na medida em que deixou de prever requisito técnico essencial à execução do objeto, podendo resultar na contratação de empresa incapaz de fornecer licenças válidas, regulares e acompanhadas do suporte necessário.

Ademais, a manutenção do certame nessas condições pode acarretar riscos à Administração, tais como:

- eventual fornecimento de licenças irregulares;
- impossibilidade de execução contratual;
- exposição a responsabilizações legais e prejuízos ao erário.

Diante desse cenário, e com fundamento nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do interesse público, bem como no poder-dever de autotutela da Administração, mostra-se necessária a revogação do Item 02, para que seja promovida a adequação do edital, com a inclusão de exigências compatíveis com as diretrizes do fabricante e com a natureza do objeto.

Conclusão – Item 02: Recomenda-se a revogação do Item 02 do certame, com posterior republicação do edital devidamente ajustado, de modo a assegurar a seleção de fornecedores efetivamente aptos à execução do objeto.”

Diante de tal manifestação, a SELC informou que a análise do recurso administrativo ficará suspensa até a deliberação definitiva da autoridade competente quanto à manutenção ou revogação do Pregão Eletrônico n. 03/2026 (item 2), devendo os interessados ser devidamente cientificados.

Pois bem.

A respeito da possibilidade de anulação e de revogação do ato administrativo pela própria Administração, o art. 71 da Lei 14.133/21 dispõe que:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - **revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;**

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 3º **Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.**

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

No mesmo sentido, menciona-se o teor da Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:

A administração pode **anular** seus próprios atos, quando eivados de **vícios que os tornam ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los**, por motivo de **conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No caso, a motivação para a revogação foi expressamente delineada pela SENG, nos seguintes termos (doc. 87):

2. DO ITEM 02 – PROPOSIÇÃO DE REVOGAÇÃO

No que se refere ao Item 02, após análise da documentação constante nos autos, especialmente da carta emitida pela Autodesk, propõe-se a revogação do certame quanto a este item, pelos fundamentos a seguir expostos:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Conforme esclarecido pelo próprio fabricante, determinados produtos, notadamente aqueles integrantes da suíte AEC Collection (como Civil 3D, Revit e demais soluções verticais), **somente podem ser comercializados por meio de revendedores autorizados**, em razão de sua complexidade técnica e das exigências relacionadas à garantia de autenticidade, suporte e regularidade do licenciamento.

Todavia, verifica-se que **o termo referência não estabeleceu, como requisito de habilitação ou condição de fornecimento, a obrigatoriedade de comprovação de vínculo com revenda autorizada do fabricante**, o que compromete a adequada seleção de fornecedores aptos a executar o objeto contratual nos termos exigidos pela própria fabricante.

Tal omissão configura vício no planejamento da contratação, na medida em que deixou de prever requisito técnico essencial à execução do objeto, podendo resultar na contratação de empresa incapaz de fornecer licenças válidas, regulares e acompanhadas do suporte necessário.

Ademais, a manutenção do certame nessas condições pode acarretar riscos à Administração, tais como:

- eventual fornecimento de licenças irregulares;
- impossibilidade de execução contratual;
- exposição a responsabilizações legais e prejuízos ao erário.

Diante desse cenário, e **com fundamento nos princípios da legalidade, da segurança jurídica e do interesse público, bem como no poder-dever de autotutela da Administração, mostra-se necessária a revogação do Item 02, para que seja promovida a adequação do edital, com a inclusão de exigências compatíveis com as diretrizes do fabricante e com a natureza do objeto**.

Conclusão – Item 02:

Recomenda-se a revogação do Item 02 do certame, com posterior republicação do edital devidamente ajustado, de modo a assegurar a seleção de fornecedores efetivamente aptos à execução do objeto.

Embora a revogação da licitação consista em ato discricionário, para que ocorra de forma regular, pressupõe a observância ao contraditório e à ampla defesa, por meio de abertura de prazo para manifestação prévia dos interessados, como se depreende do §3º do art. 71 acima transcrito, bem como da interposição de recurso previsto no art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

I - **recurso**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou **revogação** da licitação; [...]

A respeito da obrigatoriedade de concessão, aos interessados, de oportunidade para manifestação previamente à prática dos atos de revogação e anulação, vale mencionar a orientação da *Consultoria Zênite*⁴:

ORIENTAÇÃO PRÁTICA – FEV/2025

NOVA LEI DE LICITAÇÕES: MANIFESTAÇÃO PRÉVIA EM CASO DE REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO E A LIMITAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS

Questão apresentada à Equipe de Consultoria Zênite:

“De acordo com o art. 71, § 3º, em consonância com o art. 165, I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, nos casos de anulação e revogação da licitação, deve ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

Contudo, o Sistema Compras atualmente está configurado para abrir automaticamente o prazo recursal após o registro da anulação ou revogação do certame.

Diante disso, surgem as seguintes dúvidas:

1. **O termo “prévia manifestação dos interessados” deve ser compreendido como a abertura de um prazo recursal antes da formalização do ato de anulação ou revogação?**

⁴ Nova Lei de Licitações: manifestação prévia em caso de revogação ou anulação e a limitação do Sistema Compras. Zênite Fácil, categoria Orientação Prática, 21 fev. 2025. Disponível em: <http://www.zenitefacil.com.br>. Acesso em: 09 dez. 2025.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

2. Caso a resposta seja positiva, isso implicaria em dois momentos distintos de abertura de prazos para recursos (um antes e outro depois do ato formal)?
3. Se for necessária a manifestação prévia, como o pregoeiro pode proceder no Sistema Compras, considerando que este não permite convocação individual para todos os licitantes após o fechamento da etapa, exceto pelo chat geral, que não garante notificação automática?
4. Ou o entendimento adequado seria de que a abertura do prazo recursal automaticamente disponibilizada pelo Sistema Compras, após a anulação, já atenderia ao requisito previsto no art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021?"

ORIENTAÇÃO ZÊNITE

A solução para os questionamentos apresentados requer tratarmos de dois institutos independentes e que não se substituem, quais sejam a defesa prévia e o recurso hierárquico. Além disso, também exige tecermos considerações sob o plano teórico-jurídico para, posteriormente, apresentarmos considerações sob o plano prático, no qual se insere o sistema de licitações eletrônicas empregado pela Administração consulente.

Dessa feita, incumbe afirmar que **a ampla defesa/defesa prévia e o contraditório são decorrências de outro princípio também consagrado pela Constituição Federal, qual seja, o princípio do devido processo legal.**

No seu art. 5º, inciso LIV, a Constituição Federal assegura que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

No direito pátrio, o princípio do devido processo legal encontrou guarida preliminarmente no Direito Penal, de forma a possibilitar a defesa dos acusados. Posteriormente, passou a ter sua aplicação no processo civil e **estendeu-se aos procedimentos administrativos**, de forma a vincular a Administração Pública à estrita observância dos princípios da moralidade, legalidade.

Nesse sentido, não haverá devido processo legal sem que sejam respeitados os princípios do juiz natural, da ampla defesa, do contraditório, da fundamentação das decisões do Estado, da





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

isonomia processual, do duplo grau de jurisdição que permite a interposição de recursos, bem como de outros requisitos que a própria Constituição traça como basilares para a segurança e manutenção da ordem jurídica.

A expansão disso para o direito administrativo determina que, **uma vez em curso o processo licitatório, antes de decidir pela sua anulação ou revogação, a autoridade deverá assegurar a todos os interessados o exercício do devido processo legal.**

E, nesse contexto, cumpre ressaltar que defesa prévia e recurso ordinário/hierárquico constituem dois instrumentos jurídicos distintos, sendo ambos aplicados no desenvolvimento do devido processo legal.

A **defesa prévia** constitui a oportunidade de o interessado **se manifestar previamente à decisão a ser proferida pela Administração**. No caso em exame, encontra-se assegurado pelo § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual “nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.” (Destacamos)

Disso decorre, então, que **antes de exarar o ato de revogação ou anulação, a autoridade competente deverá expor as razões pelas quais pretende praticar esse ato e franquear aos licitantes se manifestarem, a fim de resguardar eventual interesse/direito em sentido diverso.**

A respeito desse dever, Marçal Justen Filho comenta:

Lembre-se que a invalidação do certame pode afetar os interesses pelo menos do licitante classificado como vencedor. Isso significa que o desfazimento da licitação implica a extinção do legítimo interesse do referido licitante em obter a sua contratação. Por isso, a pronúncia da nulidade deve ser antecedida da oportunidade para manifestação do licitante classificado como vencedor.

Em outra passagem o autor afirma:

Em qualquer caso, aplicam-se as garantias do contraditório e da ampla defesa. **Se a Administração cogita anular os atos do procedimento e determinar a indenização por perdas e danos, deverá propiciar prévia manifestação dos interessados.** [...].

Mas atente-se, o direito à ampla defesa, o que inclui, por óbvio a defesa prévia, não constitui modalidade recursal. Recorrer, em outras palavras, significa se opor a uma decisão, com o objetivo de





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

revertê-la. **Quando é concedida a defesa prévia, a Administração ainda não tomou a decisão pela anulação/revogação da licitação. Logo, este ato não busca reverter uma decisão administrativa. Ao contrário disso, a defesa prévia objetiva permitir ao licitante a oportunidade de informar a sua versão e assim colaborar para a tomada da decisão pela Administração, de modo democrático e não arbitrário ou unilateral.**

Desse modo, tem-se que **a Lei nº 14.133/2021 impõe à Administração que, antes de decidir pela anulação/revogação da licitação, oportunize ao(s) interessado(s) - leia-se, todos os licitantes, a apresentação de seus argumentos tendentes a formar o convencimento da Administração sobre a situação (art. 71, § 3º).** Ou seja, é necessário que a Administração somente exare o ato de anulação/revogação da licitação depois de conhecer as razões dos licitantes, podendo essas ser ou não acatadas.

Assim, antes de anular ou revogar uma licitação, deve a Administração notificar todos os licitantes sobre a intenção de anular ou revogar o certame, demonstrando os devidos fundamentos e oportunizando o direito de se manifestarem.

Ainda que o Acórdão nº 455/2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União, trate de situação sob o enfoque da Lei nº 8.666/1993, dada a similaridade com o regime instituído pela Lei nº 14.133/2021 entendemos permanecer sua orientação ao deixar muito clara a obrigatoriedade do contraditório e ampla defesa prévios:

Enunciado

Constatado fato superveniente a motivar o desfazimento do processo licitatório por inconveniência e/ou inoportunidade, a Administração deve comunicar aos licitantes a intenção de revogação, oferecendo-lhes direito ao contraditório e à ampla defesa prévios, em prazo razoável.

Resumo: Auditoria realizada em transferências voluntárias cujos proponentes se situam no estado do Mato Grosso do Sul constatou, em um dos ajustes, a revogação de procedimento licitatório sem proporcionar aos interessados o contraditório e ampla defesa prévios, conforme dispõem o art. 49, caput, e § 3º, da Lei 8.666/1993. O Convênio fora firmado entre o Ministério da Justiça e o Município de Campo Grande, com o objetivo de estruturar o Centro de Ensino e Desenvolvimento de Pessoas da Guarda Municipal local, incluindo a realização de cursos de especialização para os guardas municipais (meta 4) . Para o cumprimento dessa meta, foi realizado pregão presencial, para o qual não acorreram interessados, restando deserta a licitação. Com a repetição do certame, sobrevieram impugnações ao instrumento convocatório. Em sequência, sem que oferecesse resposta





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

às impugnações, o Município revogou a licitação, “sob o fundamento de falta de interesse da Administração Pública em contratar empresa especializada para capacitar servidores da Guarda Civil Municipal”, e firmou termo de cooperação técnica com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul para realizar a capacitação dos integrantes da Guarda Civil. No tocante à revogação do certame, anotou o relator que à Administração Pública é conferida a prerrogativa “de revogar atos que não sejam mais convenientes e oportunos para o atendimento do interesse público, bem como de anulá-los em caso de ilegalidade”, na forma disciplinada pelo art. 49 da Lei 8.666/1993, que preceitua, em seu § 3º, que “no caso de desfazimento do processo licitatório [por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado], fica assegurado o contraditório e a ampla defesa”. Tal disposição, prosseguiu, alcança, por força do art. 9º da Lei 10.520/2002, a modalidade de licitação pregão. Dessas normas, decorre que “a revogação de certame, apesar de ser uma prerrogativa, não pode ocorrer sem qualquer tipo de limitação, razão pela qual o ordenamento jurídico estabelece, em substância, os seguintes requisitos para tanto: a) fato superveniente que tenha transfigurado o procedimento em inconveniente ou inoportuno; b) motivação; e c) contraditório e ampla defesa prévios”. Assim, observou o relator, “constatada a ocorrência de fato superveniente capaz de suportar o desfazimento do processo licitatório por inconveniência e/ou inoportunidade, **a Administração deve comunicar aos licitantes a intenção de revogação, oferecendo-lhes direito ao contraditório e à ampla defesa prévios, em prazo razoável, para que defendam a licitação deflagrada e/ou demonstrem que não cabe o pretendido desfazimento, tudo antes de ocorrer a decisão da Administração de forma motivada**”. No caso concreto, tal processualística não foi observada, “com acréscimo de que a Administração deixou de oferecer respostas às impugnações ao instrumento convocatório do certame, em desacordo com o disposto no art. 41, § 1º, da Lei 8.666/1993”. Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator para, dentre outros comandos, cientificar o Município de Campo Grande/MS de que “a revogação de certame licitatório, seja nas modalidades previstas na Lei 8.666/1993 seja na modalidade pregão, deve observar os seguintes requisitos: a) fato superveniente que tenha transfigurado o procedimento em inconveniente ou inoportuno; b) motivação; e c) contraditório e ampla defesa prévios, conforme o art. 49, caput, e § 3º, da Lei 8.666/1993 c/c art. 9º da Lei 10.520/2002”. A tese foi consignada no sumário da deliberação do TCU, no qual registrou-se também que “constatada a ocorrência de fato superveniente capaz de suportar o desfazimento do processo licitatório por inconveniência e/ou inoportunidade, a Administração deve comunicar aos licitantes a intenção de revogação, oferecendo-lhes direito ao contraditório e à ampla defesa prévios, em prazo razoável, para que defendam a licitação deflagrada e/ou





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

demonstrem que não cabe o pretendido desfazimento, antes de a Administração tomar a decisão de forma motivada".⁴ (Destacamos.)

Ocorre que mais do que isso, a Constituição também assegura o direito de se opor às decisões tomadas pela Administração:

Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. (Destacamos)

Dessa feita, depois de adotada a decisão, os licitantes terão o direito de recorrer desse ato, tal como prevê expressamente a Lei nº 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

d) anulação ou revogação da licitação; (Destacamos.)

A respeito do assunto, assevera Diogenes Gasparini:

Pode-se definir recurso administrativo como todo instrumento legal capaz de promover, a pedido do interessado particular, pessoa física ou jurídica, o reexame de certa decisão administrativa relacionada à licitação, contrato ou cadastramento, dirigido à mesma autoridade responsável por sua emanção ou a outra que lhe seja superior. O reexame pode redundar na revisão, na confirmação, na modificação, na revogação ou na anulação da decisão proferida.

Já Maria Sylvia Zanella Di Pietro define, em sentido amplo, que recurso administrativo "é a expressão que designa todos os meios postos à disposição dos administrados para provocar o reexame dos atos da Administração".

Por fim, cumpre registrar que essas considerações enfrentam a questão indagada sob o enfoque teórico-jurídico.

Ocorre que, para resolver a situação exposta pela Administração consulente, mais do que isso, faz-se necessário avaliar os aspectos do plano prático.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Segundo informa a Administração consulente, “o Sistema Compras está configurado para após proceder o registro da efetivação da anulação ou revogação do certame, em seguida o sistema abre automaticamente prazo para interposição de recurso a todos os participantes”.

Pelo que se depreende, **o sistema de licitações eletrônicas não disponibiliza recurso para o exercício da defesa prévia, de modo a permitir aos licitantes que participam do certame se manifestarem antes de ser exarado o ato de anulação/revogação.**

Nesse caso, como o sistema de licitações eletrônicas não pode se sobrepor ao princípio da legalidade, não vislumbramos alternativa, senão como a própria Administração consulente cogitou, o Pregoeiro precisará buscar alternativas para driblar o sistema, visto que após a etapa fechada, para fazer convocação individual para os licitantes o sistema só admite enviar mensagens para os licitantes que participaram da fase fechada.

Em vista do exposto, conclui esta Consultoria:

Em face do que dispõe o § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, havendo a **pretensão** de a Administração consulente anular ou **revogar** a licitação, **necessariamente deve ser dada oportunidade a todos os licitantes de exercerem o direito ao contraditório e defesa prévia.**

Nesse sentido, essa manifestação prévia não se confunde com o direito de interpor recurso administrativo ordinário/hierárquico em face da decisão de anulação/revogação, consoante assegura o art. 165, inciso I, “d” da Lei nº 14.133/2021.

Desse modo, considerando que a Administração consulente utiliza o sistema Compras haverá então **dois momentos** de abertura de prazos para manifestação das licitantes: i) **previamente** ao ato de anulação/revogação ser exarado – defesa prévia (art. 71, § 3º); ii) **posteriormente** à divulgação do ato de anulação/revogação – recurso administrativo (art. 165, inciso I, “d”).

Tendo em vista a sujeição da Administração consulente ao princípio da legalidade e que a Lei nº 14.133/2021 assegura aos licitantes direito de se manifestar nesses dois momentos, caso o sistema de licitações eletrônicas utilizado não apresente funcionalidade específica para o atendimento desse dever, **o Pregoeiro precisará buscar alternativas para driblar o sistema.**





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Salvo melhor juízo, essa é a orientação da Zênite, de caráter opinativo e orientativo, elaborada de acordo com os subsídios fornecidos pela Consulente.

No caso dos autos, considerando a possibilidade de revogação da fase externa da licitação (isto é, a partir da publicação do edital), como se depreende da proposição da SELC (doc. 97), foi oportunizada aos licitantes a apresentação de manifestação prévia quanto à intenção de revogação do certame (doc. 95), em observância ao §3º do art. 71 da Lei n. 14.133/2021 e aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Nesse sentido, a SELC informou que decorreu *in albis* o prazo para manifestação acerca da Intenção de Revogação do item 2.

Salienta-se que a revogação da licitação, quando fundada em razões de interesse público devidamente demonstradas, não configura violação aos princípios que regem a contratação pública, mas, ao contrário, constitui instrumento legítimo de autotutela administrativa voltado à adequada gestão dos recursos públicos.

Ademais, a eventual declaração de vencedora em certame ainda não homologado não gera direito adquirido à contratação, como já se salientou, não sendo possível opor à Administração a manutenção de procedimento licitatório cuja continuidade se revele incompatível com as novas diretrizes orçamentárias e institucionais.

Diante do exposto, não se verifica óbice à revogação do procedimento licitatório, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, haja vista a motivação técnica trazida pela SENG.

4. PERDA DO OBJETO DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA NTI BRASIL SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA. QUANTO AO ITEM 2.

Por fim, cumpre registrar que a revogação do procedimento licitatório, quanto ao item 2, implicará a perda do objeto do recurso administrativo interposto pela empresa *NTI Brasil Soluções Digitais Ltda.*

Isso porque o referido recurso foi manejado com vista à revisão de atos praticados durante a fase de julgamento das propostas. Entretanto, uma vez revogada a licitação, por razões de interesse público devidamente motivadas, resta esvaziada a utilidade prática da análise recursal, na medida em que o procedimento licitatório deixará de produzir quaisquer efeitos jurídicos voltados à futura contratação do item 2.

Nessas circunstâncias, caso a decisão da autoridade competente seja pela revogação do certame, o exame do mérito recursal ficará prejudicado,





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

por ausência superveniente de interesse processual, impondo-se o reconhecimento da perda de seu objeto.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, submeto o presente feito à consideração de V. S.^a para que analise a conveniência e a oportunidade de encaminhá-lo ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente, **PROPONDO**:

(i) a **ratificação** da decisão da Pregoeira, que conheceu e **negou provimento** ao recurso interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. em relação ao item 1;

(ii) a **adjudicação** do objeto do item 1 à empresa Bretas Multimarcas Ltda., pelo valor total de R\$56.388,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais);

(iii) a **homologação parcial** do Pregão Eletrônico n. 03/2026 em relação ao item 1;

(iv) a **autorização** para o empenho da despesa correspondente ao item 1;

(v) a **revogação** do Pregão Eletrônico n. 03/2026 quanto ao item 2, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

(vi) o reconhecimento da **perda do objeto do recurso administrativo** interposto pela empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., em relação ao item 2; e

(vii) o **encaminhamento** dos autos à SELC para lançamento dos atos no sistema eletrônico conveniado e demais providências pertinentes, inclusive no que se refere à abertura do prazo para interposição de recurso contra a decisão de revogação (art. 165, I, d, da Lei n. 14.133/2021).

À superior consideração.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

Sílvia Tibo Barbosa Lima
Assessora Jurídica de Licitações e Contratos
Portaria TRT/GP n. 5/2026





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria-Geral

PATRICIA
HELENA
DOS
REIS
27/04/2026 15:02

PROAD: 2.452/2025.
Ref.: Pregão Eletrônico n. 03/2026. Registro de preços para aquisição de licenças de software Autodesk AEC Collection e AutoCAD LT.
Assunto: Recurso Administrativo Hierárquico. Desprovisionamento. Ratificação da decisão da Pregoeira. Adjudicação e Homologação parcial. Item 1. Possibilidade de revogação. Item 2. **Encaminhamento ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente.**

Visto.

Considerando a Proposição da Secretaria de Licitações e Contratos (SELC) e o parecer da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos desta Diretoria-Geral, submeto a matéria à consideração do Exmo. Sr. Desembargador Presidente, propondo:

(i) a **ratificação** da decisão da Pregoeira, que conheceu e **negou provimento** ao recurso interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. em relação ao item 1;

(ii) a **adjudicação** do objeto do item 1 à empresa Bretas Multimarcas Ltda., pelo valor total de R\$56.388,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais);

(iii) a **homologação parcial** do Pregão Eletrônico n. 03/2026 em relação ao item 1;

(iv) a **autorização** para o empenho da despesa correspondente ao item 1;

(v) a **revogação** do Pregão Eletrônico n. 03/2026 quanto ao item 2, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

(vi) o reconhecimento da **perda do objeto do recurso administrativo** interposto pela empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda., em relação ao item 2; e

(vii) o **encaminhamento** dos autos à SELC para lançamento dos atos no sistema eletrônico conveniado e demais providências pertinentes, inclusive no que se refere à abertura do prazo para interposição de recurso contra a decisão de revogação (art. 165, I, d, da Lei n. 14.133/2021).

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

PATRÍCIA HELENA DOS REIS
Diretora-Geral





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

SILVIA
TIBO
BARBOSA
LIMA
27/04/2026 16:40

PROAD: 2.452/2025.
Ref.: Pregão Eletrônico n. 03/2026. Registro de preços para aquisição de licenças de software Autodesk AEC Collection e AutoCAD LT.
Assunto: Recurso Administrativo Hierárquico. Desprovemento. Ratificação da decisão da Pregoeira. Adjudicação e Homologação parcial. Item 1. Possibilidade de revogação. Item 2. **Decisão.**

Visto.

Considerando a Proposição da Secretaria de Licitações e Contratos (SELC), o parecer exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e a anuência da Diretoria-Geral, **ratifico** decisão da Pregoeira, que conheceu e **negou provimento** ao recurso interposto pela licitante NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. quanto ao item 1.

Adjudico o objeto licitado (item 1) à empresa Bretas Multimarcas Ltda., pelo valor total de **R\$56.388,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais).**

Homologo o Pregão Eletrônico n. 03/2026 em relação ao item 1.

Autorizo o empenho da despesa correspondente ao item 1.

Revogo o Pregão Eletrônico n. 03/2026 quanto ao item 2, com fundamento no art. 71, II, da Lei n. 14.133/2021.

Declaro a perda do objeto do recurso administrativo interposto pela empresa NTI Brasil Soluções Digitais Ltda. em relação ao item 2.

Determino o **encaminhamento** dos autos à SELC para lançamento dos atos no sistema eletrônico conveniado e demais providências pertinentes, inclusive no que se refere à abertura do prazo para interposição de recurso contra a decisão de revogação (art. 165, I, d, da Lei n. 14.133/2021).

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

SEBASTIAO GERALDO DE OLIVEIRA:3083611 Assinado de forma digital por
SEBASTIAO GERALDO DE
OLIVEIRA:3083611
Dados: 2026.04.27 16:36:24 -03'00'

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

